

# Aconteceu

## Documento da ESG admite recurso de guerra na Amazônia

No documento intitulado "Estrutura do Poder Nacional para o ano 2001", a Escola Superior de Guerra admite que o Estado pode chegar ao recurso extremo da guerra para superar pressões que dificultam a conquista

de objetivos nacionais permanentes na Amazônia. O documento considera como possíveis alvos o contrabando, o narcotráfico e as organizações não-governamentais indigenistas e preservacionistas. (página 4)

### Collor perde apoio de descamisados

O Plano Collor começou a perder o apoio incondicional que tinha entre as classes de poder aquisitivo mais baixo. Pesquisa da agência McCann Erickson indica que 57% dos entrevistados das classes C e D acham que o plano está dando errado. (página 3)

### Greve geral pode parar o Brasil dia 12

A Central Única dos Trabalhadores e a Confederação Geral do Trabalho acertam os pontos para a greve geral proposta pela CUT para o dia 12. A decisão final deve sair durante a plenária nacional do movimento sindical. (página 13)

### Entidades criam frente contra recessão

No dia 30, 42 entidades de trabalhadores e empresários lançaram em São Paulo a Frente Nacional pela Democracia — Contra a Recessão. O movimento quer prevenir a sociedade contra os abusos políticos e econômicos do governo. (página 2)

## Ato ecumênico marca visita de primaz anglicano

A celebração ecumênica na Catedral da Sé, em São Paulo, no dia 21, foi um dos momentos marcantes da visita ao Brasil do arcebispo de Cantuária e primaz da Igreja Anglicana, Robert Runcie. Junto com o cardeal arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, e de pastores e reverendos das igrejas Metodista, Luterana, Presbiteriana Unida, Presbiteriana Independente e Católica Ortodoxa, Runcie pediu a Deus pela unidade cristã e pela paz no mundo, reflexo das discussões iniciadas em 1988 pela Segunda Comissão Internacional Anglicana-Católica-Romana, que examina as diferenças doutrinárias que separam anglicanos e católicos. A Igreja Anglicana surgiu no século 16 e hoje conta com cerca de 70 milhões de fiéis distribuídos em mais de 160 países. Foto: Douglas Mansur/Memória. (página 6)

Douglas Mansur



Dom Paulo presenteia dom Runcie com livro sobre São Paulo

## Entidades criam frente pela democracia

O Plano Collor conseguiu uma façanha: fez com que 42 entidades, desde as de empresários e juristas até as associações e sindicatos de trabalhadores, se reunissem na Frente Nacional pela Democracia — Contra a Recessão. O movimento foi lançado oficialmente no dia 30, na sede da Ordem dos Advogados do Brasil — Seção São Paulo (OAB/SP), com uma entrevista coletiva onde foram apresentadas as propostas de luta, em especial as de garantia de defesa judicial dos direitos individuais e coletivos feridos pelas medidas provisórias do governo federal.

### PT oficializa Plínio e veta trotskistas

O deputado federal Plínio de Arruda Sampaio foi escolhido oficialmente como candidato do PT ao governo de São Paulo. Plínio obteve 734 votos dos delegados da convenção. Eduardo Suplicy será candidato ao Senado. Os votos em branco para a candidatura a governador vieram das correntes trotskistas O Trabalho e Convergência Socialista. Foram impugnados, por decisão do plenário, os candidatos do grupo trotskista Causa Operária — Rui Pimenta, Paulo Lago e João Carlos Dal Mastro. (Folha de S. Paulo, 28/05/90)

### Sem registro, PV fica fora da eleição

Com a alegação de que o PV não cumpriu as exigências da lei, o TSE negou o pedido de prorrogação do registro provisório do partido, que por isso estará fora das eleições de 3 de outubro. Mesmo negando o pedido do partido, o relator do processo, ministro Villas-Boas, reconheceu a importância do PV, e foi acompanhado em seu voto por quase todos os ministros. "A partir de hoje, o Brasil entra no clube restrito dos países, como a Albânia e a China, que não têm partidos ecológicos", desabafa o presidente nacional do PV, Fernando Gabeira. (Jornal da Tarde, 25/05/90)

Na ocasião foi lançado manifesto, no qual as entidades repudiam as violações da Constituição e as medidas autoritárias do Executivo, bem como a passividade dos legisladores e de juizes diante de atos de arbítrio. A carta denuncia "o embuste do populismo eletrônico, que anestesia corações e mentes e encobre a violência deslavada contra instituições e pessoas". O manifesto acusa a desorganização da economia nacional, "com empobrecimento das classes trabalhadoras e o aniquilamento da confiança na moeda e nos instrumentos de crédito" (O São Paulo, 31/05/90)

### Brizola diz que é candidato a governador

No mesmo dia em que o ex-governador Leonel Brizola anunciou sua candidatura ao governo do Rio, o senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) afastou definitivamente a possibilidade de disputar a sucessão de Moreira Franco. Brizola pretende oficializar sua decisão ao lado de Mário Covas, principal liderança nacional dos tucanos. "Nós enfrentaremos uma campanha difícil em São Paulo e, portanto, precisaremos do senador aqui", avisou o presidente regional do PSDB, deputado José Serra. (Jornal do Brasil, 29/05/90)

### Veto presidencial ajuda candidatos radialistas

O presidente Collor sancionou, com apenas um veto, a lei que trata dos casos de inelegibilidades para as eleições de outubro. Com o veto, ficaram livres para se candidatarem — sem a exigência de deixarem suas funções — os empresários de comunicação e apresentadores de rádio e TV. A lei volta para o Congresso, que tem prazo de trinta dias para manter ou derrubar o veto. Com a modificação, o empresário Silvio Santos, filiado ao PST de São Paulo, poderá ser candidato sem a obrigação de deixar o seu programa dominical no SBT. (O Estado de S. Paulo, 19/05/90)

## Aconteceu

Nº 542

21 de maio a 04 de junho de 1990

**CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação**  
Rua Santo Amaro, 129  
22211 - Rio de Janeiro - RJ  
Fone: (021) 242-8847  
Av. Higienópolis, 983  
01238 - São Paulo - SP  
Fone: (011) 825-5544

**Editor**  
Edmilson Zanetti  
MTb 15.192

**Editor de arte**  
Flávio Irala

**Editores assistentes**  
Ângela Galvão  
Célio Correia de Castro  
Elie Ghanem  
Fany Ricardo  
Magali do Nascimento Cunha  
Marita Regina de Carvalho

**Secretaria de redação**  
Beatriz Araújo Martins

**Diagramação**  
Marta Cerqueira Leite Guerra

**Paginação**  
Alfredo Salvador Vieira Coelho

**Fotolitos e impressão**  
Tribuna da Imprensa/RJ

*Aconteceu* é uma publicação quinzenal do CEDI que reúne resenhas de notícias dos jornais de maior circulação no país e colaborações espontâneas dos leitores e entidades diversas. *Aconteceu* conta com a participação dos programas do CEDI: Povos Indígenas no Brasil (PIB), Movimento Camponês/Igreja (MC/I), Educação e Escolarização Popular (E-EP), Memória e Acompanhamento do Movimento Operário (MO) e Assessoria à Pastoral (Pp). As correspondências e assinaturas devem ser encaminhadas à redação: rua Santo Amaro, 129, CEP 22211 — Rio de Janeiro, ou por vale postal para a agência Largo do Machado nº 520845 — Rio de Janeiro — CEP 22221.

Assinatura anual  
Cr\$ 260,00  
Assinatura de apoio  
Cr\$ 390,00  
Assinatura exterior  
US\$ 50

## Diminui apoio ao Plano nas classes mais pobres

Depois de cinquenta dias de sua instituição, o Plano Collor começa a perder o apoio incondicional que tinha entre as classes mais pobres. A agência McCann Erickson Brasil ouviu a opinião da população sobre o plano quinze dias após sua decretação e constatou que 49% dos entrevistados eram totalmente a favor das medidas, independentemente de sua condição social. Na primeira semana de maio, esse apoio começava a se concentrar na classe A (50%), enquanto entre as classes C e D a maioria (57%) afirmava que o plano precisa de ajustes ou que já deu errado.

A reversão no quadro geral de avaliação do plano, nesta segunda pesquisa, está diretamente ligada à situação financeira individual dos entrevistados. Para a população de renda mais alta, as medidas têm sido eficientes no controle da inflação e na estabilização da economia (22%). Ao contrário, entre a população de

renda menor algumas novidades não esperadas nos primeiros dias minaram a confiança nos resultados do Plano. Basicamente, o índice zero de prefixação de salários em abril, quando alguns preços e serviços sofreram aumento (a inflação, segundo o IPC do IBGE, foi de 44,8% naquele mês). Ao mesmo tempo, o aumento do desemprego despertou a consciência para a recessão, contribuindo para baixar ainda mais a confiança no governo.

Embora 46% acreditem que os preços vão cair ou se estabilizar, boa parte da população afirma que haverá aumento (38%) e que o comportamento futuro dos preços dependerá da posição dos empresários e do governo. A insegurança quanto à estabilidade no emprego é crescente e as expectativas com relação à situação geral do país variam da previsão de melhora rápida até o medo do caos social com a mesma intensidade. (*O Estado de S. Paulo*, 24/05/90)

## Conversa de caloteiro

Ao voltar de sua mais recente viagem a Washington e a Nova York, a ministra da Economia tinha aprendido uma lição que seus antecessores no cargo só com muita dificuldade absorveram — banqueiros credores não ficam satisfeitos com sorrisos ou programas econômicos promissores. Eles querem dinheiro.

Com quase 9 bilhões de dólares em reservas, ela esperava convencer os seis maiores bancos credores americanos a ter um pouquinho mais de paciência para receber pagamentos de juros. Desde que o Sarney suspendeu esses pagamentos, em meados de 1989, os atrasos acumulados somam cerca de 5 bilhões de dólares. Zélia esperava jogar esses atrasados para o futuro e só pagar os montantes que fossem vencendo durante o governo Collor. "Isso me cheira a conversa de caloteiro", disse um dos banqueiros que a visitaram. "Se o governo tem dinheiro em caixa, que pague o que os deve", acrescentou. (*Isto É Senhor*, 30/05/90)

## Outra vez a especulação sem freios

*Devido ao confisco dos ativos financeiros estabelecido pelo Plano Collor, verificou-se, de imediato, uma drástica iliquidez. Cerca de 80% da disponibilidade bancária ficou retida à disposição do Banco Central.*

*Aparentemente, a medida penalizava a todos os que tinham fundos superiores a 50 mil cruzados novos. Aparentemente, porque em razão de um dos dispositivos do plano — a possibilidade de transferência da "titularidade dos depósitos de cruzados novos" — as empresas podiam pagar com os mesmos impostos e dívidas contraídas antes de 15/3. Além disso, utilizando a simulação e a falsificação de títulos da dívida, as empresas conseguiram liberar quase tudo o que havia sido retido, sem maiores problemas.*

*Hoje, pode-se afirmar que praticamente as únicas vítimas do confisco praticado por Collor foram os pequenos e médios polpadores. Depósitos de 100, 200 ou 500 mil cruzados novos, que em muitos casos representam*

*as economias de toda uma vida, continuam retidos, correndo sérios riscos de não serem devolvidos, ou de sofrerem uma brutal desvalorização.*

*Uma empresa de auditoria de São Paulo comprovou que 57 grandes empresas paulistas tinha seu capital da seguinte maneira, antes de 15/03: 39% no overnight e 33% em estoques. No over obtinham juros líquidos de 3 a 5% ao mês. A valorização dos estoques chegava a 3% ao dia.*

*Agora, com a inflação drasticamente reduzida e com as taxas de juros baixas, estão utilizando os recursos liberados para comprar dólares, ouro e ações. Como esses ativos de risco valorizavam 100% nos últimos trinta dias, os especuladores conseguiram, nesse curto espaço de tempo, seus capitais.*

*Os trabalhadores foram atingidos de várias maneiras pelo Plano Collor. Inicialmente, pelo desemprego verificado, especialmente em setores como a construção civil e a economia in-*

*formal. E também pela drástica diminuição das jornadas de trabalho, com a correspondente redução dos salários, adotadas por inúmeras empresas.*

*O plano foi particularmente confiscatório em relação aos salários. Os índices de inflação correspondentes a 15/02 a 15/03 (84,3%) e 15/03 a 15/04 (44,8%) não foram considerados para fins de reajuste salarial. Os índices apurados pelo Fipe (da Universidade de São Paulo), oficializados pelo governo, apresentaram aumentos (já devidamente expurgados segundo os critérios governamentais) de 3,5 e 8,4%, respectivamente. Entretanto, prevaleceu a "inflação zero" imposta pela ministra de Economia.*

*O governo arquivou a política oficial de salários, estabelecendo unicamente a livre negociação entre patrões e trabalhadores. Isso, numa época de desemprego e de crise econômica, significa um massacre dos assalariados, cuja capacidade de barganha é mínima. (Paulo Schilling/CEDI)*

## ESG admite “recurso da guerra” na Amazônia

A Escola Superior de Guerra (ESG) admite que o Estado “pode chegar ao recurso extremo da guerra” para superar as pressões que dificultam ou impedem a conquista dos “Objetivos Nacionais Permanentes” na Amazônia.

O documento “Estrutura do Poder Nacional para o ano 2001” considera como alvos possíveis dessa ação extrema o contrabando, o narcotráfico e as organizações não-governamentais indigenistas e preservacionistas.

Nas cinco páginas intituladas “Óbices”, do capítulo “Políticas e Estratégias para a Amazônia”, o documento da ESG menciona três vezes a possibilidade do recurso à guerra contra as organizações não-governamentais que, segundo o trabalho, atuam a favor da internacionalização da Amazônia, retardamento do seu desenvolvimento, desnacionalização do brasileiro e criação de enclaves indígenas e antropológicos.

Segundo a ESG, a idéia de “governo próprio em áreas indígenas” é uma “permanente tentativa exter-

na de internacionalizar partes da Amazônia, a começar pelos enclaves indígenas, utilizados pelas organizações não-governamentais (ONGs) como ponta-de-lança na discussão das questões da Amazônia, certamente com, no mínimo, a complacência dos governos onde estão a sedes dessas organizações, geralmente em países centrais ou quase-centrais da área ideológica patrimonial dos EUA, Europa e Japão”.

O documento não contempla a possibilidade da existência de organizações não governamentais civis brasileiras na Amazônia. Identifica, entretanto, a fusão de “um certo apoio da mídia nacional e uma parte da área artística e intelectual, nacional, assim como de setores da Igreja e empresas multinacionais, aos pleitos gerenciais dessas ONGs”.

A ESG diz que o “ativismo preservacionista” quer manter adormecido o potencial amazônico brasileiro”, reduzindo de ação do país no trato dos problemas da Amazônia, já que

“existe uma idéia preservacionista de quase intocabilidade dos recursos”.

Segundo o documento, a “desnacionalização do brasileiro” é um movimento internacional difuso” para a internacionalização da Amazônia “a começar pela criação de áreas onde os seus habitantes atuais deixassem de ser submetidos ao controle e ação do Estado brasileiro, sendo desnacionalizados como cidadãos da pátria, um primeiro passo para a aceitação geral de áreas liberadas politicamente do Brasil com apoio internacional”.

Quanto às pressões para a preservação da cultura indígena, o documento diz que “pela via da antropologia aplicada, onde se pretende que o interesse internacional prevaleça sobre os objetivos nacionais permanentes de integração nacional, as pressões tentam impor sanções globais ao Brasil, com respaldo num direito internacional que coloque o país na condição de réu não-preservador de grupos indígenas em extinção”. (Ricardo Arnt/Folha de S. Paulo, 29/05/90)

### Deputado quer explicações sobre documento

O deputado federal Fábio Feldman (PSDB-SP), encaminhou ao Congresso um requerimento de informações à Escola Superior de Guerra (ESG) para os autores do documento “Estrutura do Poder Nacional para o Ano 2000” dêem explicações à Câmara.

Organizações ambientalistas e indigenistas manifestaram indignação com as acusações da ESG de quem atuam pela internacionalização da Amazônia, o retardamento do seu desenvolvimento e a criação de enclaves indígenas. “São idéias velhas, anacrônicas e inconstitucionais”, disse Antonio Brand, secretário-geral do Conselho Indigenista Missionário, organização que defende o conceito de auto-determinação dos povos indígenas.

“A auto-determinação que defendemos é o direito dos povos

indígenas serem povos etnicamente diferenciados, como a Constituição reconhece. A ESG, ao contrário, quer impor acima da lei a sua definição de segurança nacional. E acusa os que defendem a Constituição de serem contra a nação”, diz Brand.

Cláudia Andujar, coordenadora da Comissão pela Criação do Parque Yanomami (CCPY), disse que, em onze anos de atuação, desconhece tentativas de criação de uma nação Yanomami autônoma. “Os Yanomami querem ser reconhecidos como cidadãos brasileiros. Querem direitos. Esse falso nacionalismo encobre outros interesses, como o das mineradoras. Os Yanomami estão morrendo de malária e a ESG acusa a opinião pública.” (Folha de S. Paulo, 30/05/90)

### ONGs repudiam

**Ailton Krenak**, coordenador nacional da União das Nações Indígenas: “As conclusões da ESG são absurdas porque a sobrevivência dos povos indígenas diz respeito à integridade da nação brasileira”.

**Márcio Santilli**, diretor do Núcleo de Direitos Indígenas: “Todos sabem que o mundo mudou, mas a ESG permanece atolada no mangue de conceitos mecânicos e anacrônicos sobre a história e a política do Brasil”.

**Sérgio Haddad**, secretário-geral adjunto do CEDI: “A criminalização das ONGs revela que a ESG ainda está na pré-história da democracia”.

**Mary Allegretti**, presidente do Instituto de Estudos Amazônicos: “Por que o Brasil é o único país do mundo onde as organizações da sociedade civil são consideradas ameaças à segurança nacional? E os militares se arvoram representantes do pensamento da sociedade? Gostaríamos de desistir com a ESG esses conceitos”.

## Frentistas de São Paulo são intoxicados por metanol

Exames realizados pela Secretaria Municipal de Saúde em 75 funcionários de postos de combustível revelaram a intoxicação de quatro frentistas. Um deles, Severino Pequeno Filho, tinha 28.5 miligramas de metanol por cm<sup>3</sup> de urina, quantidade 600% superior ao limite máximo de tolerância: 5 miligramas por cm<sup>3</sup>. A Secretaria exigiu registro de acidente de trabalho e Severino foi afastado do serviço até que os índices voltassem ao normal.

Severino trabalha à noite em turno de 12 por 24 horas de folga. Segundo o médico sanitarista e do trabalho Manoel Ferreira Lima, responsável pelos exames de avaliação dos efeitos do meta-

nol feitos pela secretaria, ele deveria ter folga de 36 horas para que seu organismo eliminasse o excesso de metanol. O gerente do posto, Joaquim Jesus Santos, afirmou que Severino trabalha das 23 às 7h e que o posto fornece equipamento de segurança. "Como ele trabalha sozinho, não tenho certeza se o utiliza", afirmou.

Os exames foram realizados em abril em funcionários escolhidos aleatoriamente nos postos localizados nos encontros das vias e rodovias mais importantes da cidade. Dos 75 exames, 15 foram considerados tecnicamente inviáveis pela Secretaria, 30 foram feitos em funcionários junto às bom-

bas de combustível e 30 com frentistas, mais expostos ao metanol.

Em abril, um frentista morreu, mas Manoel Ferreira Lima disse que não é possível assegurar que tenha sido por causa do contato com o metanol. "O combustível é volátil e não é possível encontrá-lo no corpo da pessoa. Mas é uma possibilidade que não se pode descartar", afirmou. Ele disse que casos de intoxicação estão sendo atendidos nos prontos-socorros da cidade. Os sintomas de intoxicação pelo metanol são dermatite, dor de cabeça e tonturas. Há casos de cegueiras que, com atendimento médico, reverterem. (Folha de S. Paulo, 26/5/90)

## Deputados dos EUA aprovam o projeto de lei do ar limpo

A aprovação final da Lei do Ar limpo americana de maior alcance proposta nos últimos treze anos está um pouco mais próxima de acontecer, depois da votação esmagadora a favor do projeto de lei em votação na Câmara dos Deputados. Apesar disso, grandes divergências ainda precisam ser resolvidas pelo próprio Congresso e junto à administração Bush quanto aos métodos cronogramas para redução da poluição.

O projeto terá importante consequências para as indústrias do petróleo, automobilística e de energia, e é alvo de lobby intenso por partes setores da economia e pelos grupos de defesa da ecologia.

(A avançada legislação, aprovada por 401 votos a 21, aumentará pelo menos US\$ 21 bilhões por ano os custos adicionais das indústrias de redução da poluição, um preço que será pago por um amplo leque de empresas que variam das gigantes siderúrgicas e fábricas de produtos químicos às pequenas lavanderias a seco ou postos de gasolina, forma a UPL). (Gazeta Mercantil, 5/4/90)

## Erundina quer pasta para o meio ambiente

A prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, vai encaminhar à Câmara Municipal no próximo dia 5, quando será comemorado o Dia Mundial do Meio Ambiente, um projeto de lei que cria a Secretaria Municipal do Meio Ambiente. O estatuto do projeto foi elaborado por representantes de todas as secretarias municipais. O projeto será encaminhado em regime de urgência e poderá ser aprovado até o início do segundo semestre.

Existe a possibilidade de a nova

Secretaria trabalhar coligada à Secretaria Estadual do Meio Ambiente. "Estamos em estudos. Temos uma posição clara da atuação da nova secretaria para a realidade da capital", disse Helena Ribeiro Sobral, 41, coordenadora da Assessoria do Meio Ambiente.

A criação da Secretaria foi uma solicitação das bancadas do PT, PV e PSDB durante as discussões da Lei Orgânica do Município. (Folha de S. Paulo, 29/5/90)

## Ecologistas internacionais pedem pelos rios da Amazônia

Centenas de cartas de grupos ecológicos de todo o mundo deverão chegar à mesa do presidente Fernando Collor de Mello, reivindicando uma "trégua na guerra dos rios da Amazônia". A campanha foi desencadeada a partir de moção aprovada na 2ª Conferência da Rede de Ação Internacional pelos Rios (Rair), realizada em Oslo, por 30 ativistas ecológicos presentes, representantes de entidades de defesa do meio ambiente de países da Europa, Ásia, África, Esta-

dos Unidos e América Latina. Segundo a União Protetora do Ambiente Natural (Upan), um dos cinco representantes latino-americanos no encontro, a "guerra" dos rios da Amazônia se desenvolve através da "construção de grandes barragens hidrelétricas na região, como o Complexo Hidrelétrico do Xingu, e a exploração pelos garimpos, que deixam dois milhões de pessoas expostas à contaminação por mercúrio". (Jornal do Comércio, 23/05/90)

## Celebração ecumênica marca visita do primaz anglicano ao Brasil

A Catedral da Sé, moradia de muitos deserdados da cidade de São Paulo, recebeu para uma celebração ecumênica, no último dia 21, o arcebispo de Cantuária (Inglaterra) e primaz da Igreja Anglicana, Robert Runcie. Ele participou de uma celebração ecumênica, concelebrada por pastores e reverendos das Igrejas Luterana, Metodista, Presbiteriana Unida, Presbiteriana Independente, Católica Ortodoxa e Católica Romana. Junto com dom Paulo Evaristo Arns, pediu a Deus pela unidade cristã e pela paz no mundo, reflexo das discussões iniciadas em 1988 pela Segunda Comissão Internacional Anglicana Católico-Romana, que examina as diferenças doutrinárias ainda existentes que separam anglicanos e católicos.

O culto ecumênico aconteceu em clima de cerimônia. Estavam presentes 12 cônegos, 40 seminaristas, 31 padres, representantes de todas as Igrejas cristãs históricas e os bispos dom Décio Pereira, dom Antônio Gaspar e dom Fernando Figueiredo, da Diocese de Santo Amaro. Com a participação do grupo musical Gente de Casa, o encontro começou com a saudação do bispo anglicano Glauco Soares de Lima, que também traduziu a mensagem de boas vindas,

lida em inglês por dom Paulo: "Muito nos alegra sua visita ao Brasil, mas sabemos de sua preocupação com os povos do Terceiro Mundo, em especial sua preocupação com a discriminação, com o horror da guerra e com as políticas econômicas que sacrificam os povos mais pobres", disse o cardeal arcebispo de São Paulo. Ele lembrou também a caminhada das duas Igrejas e afirmou que, no Brasil, católicos e episcopais estão juntos na luta pelos direitos humanos e no trabalho com crianças de rua.

No discurso aos fiéis, o arcebispo Robert Runcie afirmou que em todas as grandes cidades do mundo os cristãos devem servir como faróis. "Assim como as cidades são grandes, assim deve ser a resposta das Igrejas". O primaz anglicano falou da carta de Páscoa recebida do papa João Paulo 2º neste ano, que lhe dizia da necessidade de partilhar o sofrimento dos povos do mundo, encorajados pelo testemunho de Jesus Cristo. Para ele, a Igreja da América Latina, em especial a brasileira, tem dado exemplo à Europa. "É relevante o papel original desempenhado pela teologia da libertação e pelas CEBs, que são parte de nossa tradição cristã".

Para selar a unidade, o arcebispo Robert Runcie presenteou dom Paulo

Arns com uma cruz, vinda do Japão, simbolizando a amizade que atravessa oceanos.

Robert Runcie visitou também a sede nacional da igreja Anglicana em Porto Alegre, encontrou-se com membros do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic), com o presidente interino da CNBB e com o presidente Fernando Collor de Mello. Ele deixou o Brasil no último dia 23. (O São Paulo, 24/5/90)

*A visita do arcebispo Robert Runcie ao Brasil foi marcada por testemunhos ecumênicos de solidariedade. A aproximação e o diálogo ecumênico, dentro de uma perspectiva anglicana, poderá ajudar em muito as igrejas brasileiras, uma vez que a Igreja Anglicana possui marcas distintas e características missionárias que poderão contribuir para um entendimento baseado no respeito mútuo.*

*A história da Igreja Anglicana está intimamente ligada à tarefa apostólica e o movimento missionário posterior ligado ao País de Gales, Escócia e Irlanda. Seus posicionamentos teológicos são marcados pela confessionalidade, liberdade e pluralismo.*

*Pode-se perceber que o diálogo ecumênico será muito enriquecido se igrejas cristãs de outras tradições levarem a sério os compromissos que a Igreja Anglicana tem assumido diante de situações como as da África do Sul, liderada pelo bispo Desmond Tutu; se lembrarmos a tolerância que tem caracterizado a Igreja Anglicana no trato de questões teológicas candentes. E de maneira especial se lembrarmos que os anglicanos têm tido a liberdade, a coragem e o discernimento teológico para abandonar o pecado da discriminação e aceitar para a ordenação ao ministério sagrado as mulheres.*

*Que o testemunho ecumênico na visita do arcebispo Robert Runcie seja entendido e frutifique entre nós. (Luiz Longuini Neto/CEDI)*

### Comunhão anglicana: fé aberta ao diálogo

A Igreja Anglicana surgiu no século 16. Hoje está espalhada pelo mundo com cerca de 70 milhões de fiéis distribuídos em mais de 160 países. A Comunhão Anglicana, termo que surgiu em 1885, reúne igrejas organizadas em 28 províncias autônomas e independentes. O arcebispo de Cantuária é um importante símbolo de unidade entre os anglicanos. A Igreja Episcopal do Brasil, integrante da Comunhão Anglicana, iniciou seu trabalho em 1890, com os missionários James Watson Morris e

Lucien Lee Kinsolving, vindos dos Estados Unidos.

A Comunhão Anglicana tem como uma de suas marcas a abertura para o ecumenismo, dialogando e realizando projetos comuns com diferentes confissões.

No Brasil e no mundo existem comissões que tratam especialmente do diálogo anglicano-católico romano. Existem avanços e recuos. Ambas as igrejas têm pontos em comum mas também importantes diferenças. A ordenação das mulheres é uma delas.

## Bispos e pastores da América Latina e Caribe analisam dívida externa e tráfico de drogas

De 5 a 9 de junho, 140 líderes religiosos, católicos e protestantes, se reunirão em Kingston para analisar os graves problemas que afetam os povos do Terceiro Mundo: a dívida externa e o tráfico de drogas.

Trata-se da 2ª Consulta de Bispos e Pastores de América Latina e Caribe, que é uma continuação da 1ª Consulta realizada em Cuenca, sobre os movimentos religiosos contemporâneos. São objetivos da 2ª Consulta: aprofundar os laços de unidade entre as igrejas cristãs da América Latina e Caribe; consolidar o compromisso católico-protestante a partir da opção pelos pobres; estudar e buscar orientações que ajudem na tarefa das igre-

jas confrontadas no ministério por problemas tão graves como a dívida externa e o tráfico de drogas; reafirmar a convicção de que os problemas que os povos queixam devem ser enfrentados ecumenicamente; e analisar a dívida externa e o tráfico de drogas não só a partir do ponto de vista moral mas também das implicações políticas e econômicas.

Sob o lema "Semear esperança depois de uma década de frustrações", os preladados das igrejas compartilharão sua preocupação pela pobreza e injustiça que afeta os países e discutirão mecanismos para uma resposta cristã às condições que exploram e oprimem os pobres da região.

Além dos líderes protestantes e católicos da América Latina e Caribe participarão representantes do Vaticano, do Conselho Mundial de Igrejas, do Conselho Nacional de Igrejas dos Estados Unidos, de igrejas do Canadá e da Europa. O discurso de abertura da 2ª Consulta de Bispos e Pastores da América Latina e Caribe será dirigido pelo primeiro-ministro da Jamaica, Michael Manley.

A reunião de Jamaica é patrocinada pela Conferência Episcopal das Antilhas, Conferência de Igrejas do Caribe, Conselho Latino-Americano de Igrejas e Arquidiocese de Cuenca, Equador. (*Rápidas*, março/90)

## Bispos da Amazônia denunciam destruição da terra e do homem

O grupo de bispos do Norte do Brasil que esteve em Roma para a visita *ad limina* ao papa João Paulo 2º (visita obrigatória que os bispos têm de cumprir a cada dois ou três anos, às vezes a cada cinco anos, dependendo o caso) lançou em Assis (Itália) uma denúncia sobre a destruição da Amazônia e do homem amazônico — o índio e o seringueiro. Os bispos buscaram dar força à denúncia fazendo-a da terra de São Francisco, na Basílica que é o sinal mais forte da presença do *poverello* de Assis, padroeiro da ecologia.

*Destruir a terra é destruir os filhos da terra* é o título do documento de 26 pontos lançado pelos bispos numa cerimônia pública, na presença de autoridades provinciais e nacionais e deputados do Partido Verde. Assinado por 15 bispos, o documento é um verdadeiro grito de protesto contra os "semeadores da morte na Amazônia" e um pedido de socorro para impedir a destruição da Amazônia.

Os bispos citam dados concretos: são 10 milhões de árvores de madeira de lei abatidas a cada ano, milhões de seringueiras e castanheiras destruí-

das sem que haja qualquer plano sério de replantio que impeça a eliminação de toda a fonte de vida para milhares de famílias. Tal situação leva os bispos a afirmar que a devastação e a depredação da Amazônia chegaram a dimensões alarmantes.

Há outros aspectos: milhares de quilômetros quadrados de floresta virgem foram queimados nos últimos anos e transformados em pastos ou destruídos para a obtenção de incentivos fiscais. Ao mesmo tempo, mais de 300 mil garimpeiros se infiltram por várias regiões das margens do Rio Amazonas explorando o leito de vários rios menores ou escavando a terra em busca de ouro.

O texto dos bispos considera "semeadores de mortes" todos os que agredem "de forma violenta e irracional a natureza, destroem as florestas, envenenam os rios, contaminam o ar e assassinam povos inteiros". Assim como os que "defendem, sustentam e realizam projetos que causam danos irreparáveis ao ecossistema, espaço vital de todas as criaturas".

Os bispos receberam do Papa a promessa de sua visita à Amazônia em 1991. (*Jornal do Brasil*, 25/05/90)



ELEIÇÕES  
& IGREJA

## Voto evangélico na mira dos partidos

Os partidos estão cada vez mais conscientes da força eleitoral presente nas comunidades evangélicas. A eleição de 33 deputados federais em 1986, que formaram a "bancada evangélica", é um exemplo determinante dessa consciência.

Ganhar o voto evangélico é a estratégia que será adotada novamente no Rio de Janeiro pelo PTB. Em 1986, o PTB elegeu o deputado federal Roberto Augusto Lopes e o deputado estadual Eraldo Macedo, ambos da Igreja Universal do Reino de Deus, com um grande número de votos. Para as eleições de 3 de outubro, o partido quer ousar na utilização da fé evangélica para fins eleitorais, lançando em sua convenção uma carta para o Governo do Estado com o empresário João Batista da Costa para governador, e para seu vice, o pastor batista Nilson Fanini, diretor-presidente da quase falida TV Rio, que de saída tem cerca de 500 mil votos entre a comunidade evangélica.

## Bóias-frias fazem greve em São Paulo por reajuste salarial

Cerca de 30 mil trabalhadores já aderiram a greve por melhores salários dos cortadores de cana-de-açúcar da região de Ribeirão Preto, norte de São Paulo. Os dados são da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp), dissidência da Fetaesp e ligada à CUT.

A região de Ribeirão Preto — cuja produção dominante é a cana-de-açúcar e, secundariamente, a laranja — é hoje considerada como a principal zona agrícola do país. As 26 destilarias anexas e outras 20 autônomas da região produzem em torno de 3,3 bilhões de litros de álcool por safra, correspondentes a 1/3 de toda a produção brasileira.

A greve, iniciada no último dia 25, vem estendendo-se por diversos municípios do interior paulista. No dia 28, o movimento ganhou a adesão dos trabalhadores de Guariba, município que foi o centro dos protestos dos cortadores de cana, em maio de 1984, e que há três anos

não participava de nenhum movimento.

Já no segundo dia de paralisação, o município de Guariba voltou a ser palco de violentos incidentes quando piqueteiros foram presos e agredidos por soldados da Polícia Militar, provocando revolta no conjunto dos trabalhadores.

Naquele dia os trabalhadores prometeram se armar com pedras e pedaços de pau para enfrentar a polícia nos próximos piquetes e só desistiram de tentar invadir a sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guariba, cujo presidente, José de Fátima Soares, é contra o movimento, por causa dos apelos dos sindicalistas da região que chegaram à cidade.

O fato novo é que o movimento grevista conta com a adesão de tratristas, motoristas e operários das usinas que também decidiram aderir ao movimento e aprovaram a proposta de greve geral para paralisar a produção nas 46 usinas e destilarias do Norte de São Paulo. (MC/I)

## Canavieiros de Goiás em greve não fazem acordo

Os canavieiros goianos entraram em greve no dia 24, devido às divergências entre os representantes dos usineiros e dos trabalhadores nas negociações do acordo coletivo de trabalho. Cerca de 10 mil cortadores de cana de Goiás, segundo o presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás, Divino Goulart da Silva, reivindicam reposição de 117 e mais 17% em duas parcelas. O representante dos empresários do setor, Lourival Francisco de Oliveira, disse que a paralisação é parcial e que só volta às negociações se os trabalhadores retomarem suas atividades. (MC/I)

## Juiz determina despejo em terras da família Caiado

O juiz Antônio Carlos de Freitas, da 1ª Vara Cível de Goiás Velho (a 135 km de Goiânia) determinou que seja cumprido o despejo de 45 famílias de posseiros que invadiram, no ano passado, a fazenda Europa, de Leonina Caiado, tia do ex-presidente da União Democrática Ruralista, Ronaldo Caiado.

Está previsto para os próximos dias o julgamento de um mandado de segurança proposto pela Comissão Pastoral da Terra em favor dos posseiros, com base em estudo do Incra, que diagnosticou a fazenda como "desapropriável". (Folha de S. Paulo, 31/05/90)

## Não confia na polícia

O assessor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri (AC) e do Conselho Nacional dos Seringueiros, Gumercindo Rodrigues, disse em São Luís que dispensou proteção policial. Ele afirmou que vem recebendo ameaças de morte, mas não confia na polícia. (Folha de S. Paulo, 30/05/90)

## Duas federações lideram o movimento

Existem hoje no estado de São Paulo duas federações de trabalhadores, com propostas sindicais distintas, que disputam a conquista de espaços na representação dos trabalhadores rurais assalariados: a Federação dos Empregados Rurais Assalariados de São Paulo (Feraesp) e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de São Paulo (Fetaesp).

A criação da Feraesp e dos Sindicatos de Empregados Rurais, por ela congregados, deu-se oficialmente em abril de 1989, abrangendo municípios da região de Ribeirão Preto.

A emergência de um sindicato exclusivo de assalariados para essa região foi reflexo, de um lado, de alguns impasses na condução das negociações coletivas pela

Fetaesp, considerada pelas lideranças sindicais vinculadas à Feraesp pouco representativa, e, de outro, da preocupação em democratizar a estrutura sindical, rompendo com o presidencialismo que tem sido sua marca.

A reivindicação feita pela Fetaesp é de reajuste de 120% sobre a tonelada de cana cortada (hoje em Cr\$ 42,38). Já a Feraesp pede reajuste de 200%, piso salarial de Cr\$ 26.327,00 e diária de Cr\$ 878,57.

O Sindicato da Indústria da Fabricação de Alcool, que representa os usineiros, vem oferecendo apenas 5% a título de antecipação salarial. Quer ainda prorrogar por 60 dias a aplicação do dissídio (10 de março), comprometendo-se a fixar índice de correção com efeito retroativo. (MC/I)

## Osmarino e mais 15 líderes são ameaçados de morte

O seringueiro Osmarino Amâncio Rodrigues, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia no Acre e secretário do Conselho Nacional dos Seringueiros, está ameaçado de morte no Estado devido a seu trabalho contra a devastação da Amazônia. Osmarino afirma que desde a criação da reserva extrativista Chico Mendes, que irá beneficiar mais de 7 mil famílias, as ameaças cresceram. Além de Osmarino pelo menos mais 15 lideranças da Aliança dos Povos da Floresta sofrem ameaças de morte.

O líder afirma que não se sente seguro dentro do Acre, pois, de acordo com ele, as autoridades de segurança de seu Estado não dão atenção às suas denúncias. No último dia 29 entretanto, Osmarino foi avisado que o ministro da Justiça, Bernardo Cabral, prometeu lhe dar garantias de vida. "O Brasil precisa mesmo investigar com seriedade os acusados como suspeitos da morte de Chico Mendes e de outros companheiros de Bra-

síleia e Xapuri, pois esses são os mesmos que continuam ameaçando a gente", afirmou.

Osmarino continua sem proteção da Polícia Federal, pois esta insiste em alegar que o líder sindical não foi localizado, apesar de ter sido visto em Rio Branco e Brasiléia por várias pessoas, inclusive repórteres. O delegado Ildor Reni Graebner, superintendente em exercício deixou claro que a Polícia Federal prestará segurança a Osmarino "a contra-gosto", apenas porque essa foi uma determinação expressa do ministro da Justiça. "Não é da nossa competência esse tipo de serviço, mas sim das polícias Civil e Militar do governo do Acre", afirmou o delegado. De acordo com ele, assim que a polícia localizar o sindicalista exigirá uma lista das pessoas que o ameaçam e das circunstâncias nas quais ocorreram as intimidações. "Do contrário, vai transparecer mais uma vez que o Osmarino está querendo apenas publicidade".

A indisposição entre as lideranças da Aliança dos Povos da Floresta — à qual Osmarino pertence — e a PF remonta a outubro de 1988, quando Chico Mendes acusou o então superintendente da Polícia Federal no Acre, Mauro Sposito, de tramar seu assassinato e segurar por 17 dias a carta precatória contra os fazendeiros Darli e Alvarino Alves da Silva, também acusados de envolvimento na trama.

Logo após o assassinato de Chico Mendes, Sposito foi afastado da superintendência da PF e agora é chefe de gabinete do diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma. Sposito integra várias listas de suspeitos de envolvimento na morte do sindicalista que o Conselho Nacional dos Seringueiros tem divulgado. Segundo o Conselho, as forças de segurança do Acre e a PF tem-se mostrado inoperantes na apuração de vários assassinatos de trabalhadores rurais da região. (*O Estado de S. Paulo*, 30/05/90 e *Jornal do Brasil*, 30/05/90)

## Sindicalista rural é assassinado no Pará

O delegado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Tailândia (200 km a sudeste de Belém/PA), Ezequiel Alves dos Ramos, foi assassinado no dia 27 de maio com um tiro na cabeça. Ramos era filiado ao PT e há um ano era assessor do prefeito de Tailândia, Francisco Nazareno Gonçalves (PTB).

O crime ocorreu quando viajava para o aeroporto da cidade, onde re-

ceberia o governador do Estado, Hélio Gueiros (PMDB), o líder do PT na Assembléia Legislativa do Pará, Waldyr Ganzer, disse que o sindicalista era um atuante líder comunitário e fundador do PT em Tailândia. Gonçalves suspeita que Ramos tenha sido morto por fazendeiros locais devido à sua atuação em conflitos de terra.

Segundo a Comissão Pastoral da Terra, com o assassinato de Ramos

sobe para dez o número de mortes de lideranças rurais este ano no Pará. Os motivos são basicamente conflitos agrários, envolvendo fazendeiros, posseiros e sindicalistas. Tailândia tem um dos maiores índices de violência no Estado. Gueiros determinou que um delegado e agentes da Polícia Civil fossem ao local apurar o caso. A polícia disse que não tem suspeitos. (*Folha de S. Paulo*, 29/05/90)

## CPT não crê na reforma de Cabrera

O bispo de Picos (PI), dom Augusto Rocha, presidente da Comissão Pastoral da Terra, disse no último dia 29 que os trabalhadores rurais não devem "alimentar esperanças em relação a este governo, que, ao invés de promover uma reforma agrária, está fugindo à responsabilidade". Dom Augusto esteve em Teresina participando, com cinco bispos, tra-

balhadores e líderes sindicais, de encontro sobre as consequências da seca no Piauí.

Segundo dom Augusto, a decisão do ministro da Agricultura e Reforma Agrária, Antônio Cabrera, de "não interferir nas áreas de conflito" somente beneficia os latifundiários. "É o único direito sagrado neste país, defendido pelo governo".

Ele acha que o governo está "negando a situação dramática dos trabalhadores que vivem em áreas de conflito", diz. "Ao invés disso, deveria examinar a questão". Segundo o presidente nacional da CPT, falta ao presidente Collor "vontade política para assentar as famílias, a não ser aqueles camponeses comportados", ironiza. (*Jornal do Brasil*, 30/05/90)

## Mau tempo interrompe explosão das pistas

Conforme o administrador regional da Funai em Boa Vista, Francisco Alves da Silva, a 1ª etapa da destruição das pistas clandestinas construídas pelos garimpeiros terminou no dia 18 deste mês, devido ao mau tempo. "Nenhuma nave tem condições de operar com segurança", disse ele. A previsão era destruir até esta data 30 pistas. "Mas como chove torrencialmente isso não foi possível". Sessenta e cinco pessoas participaram da operação.

Segundo, ainda, Francisco Alves da Silva, aproximadamente 14.600 garimpeiros foram retirados das 19 áreas em aeronaves da FAB numa operação em conjunto com a Polícia Federal. Outros 5 mil teriam sido retirados pelos donos de garimpo. Diz ele, também, que cerca de 3 mil garimpeiros estão "embrenhados" na flo-

resta, conforme cálculos da Funai e Polícia Federal, especialmente na região do Caveira, a oeste de Paapiú.

Estes números não incluem os garimpeiros que atuam nas áreas de garimpagem, não consideradas como terra Yanomami pelo governo. Conforme o administrador da

Funai em Boa Vista (RR), 20% dos homens retirados das áreas já se transferiram para as áreas de garimpagem, especialmente Catrimani — Couto de Magalhães, a mais próxima de Boa Vista e aonde é possível chegar por rio. (Cimi/CNBB, 18/05/90)

### Pistas de pouso já destruídas

Baiano Formiga:	02/05	Xiriana:	08/05
Pau Grosso:	03/05	Rainha do Inajá:	08/05
Chimarrão:	04/05	Tomé Mestrinho:	09/05
Espedito:	04/05	Novo Cruzado:	09/05
Chico Ceará:	05/05	Júlio Brese:	15/05
Caveira III:	05/05		
Rangel:	06/05		
Maracanã:	06/05		

(Fonte: Cimi/CNBB, 18/05/90)

## Questão indígena ganha novo espaço na Câmara dos Deputados

Os projetos de lei e demais assuntos relativos aos povos indígenas passarão a ser tratados na Câmara dos Deputados pela Comissão de Defesa do Consumidor, do Meio Ambiente e das Minorias. Na última legislatura (1983-87), a temática indígena era tratada por uma comissão específica, a do Índio. Durante a Constituinte (87-88), todas as comissões técnicas do Legislativo permaneceram existindo, porém inativas.

No início de 89, em função da nova Constituição, houve uma reforma dos regimentos internos, que resultou na redução do número de comissões e em mudanças nas suas atribuições. O novo regimento da Câmara instituiu as novas comissões, inclusive a Comissão que inclui as Minorias, mas determinou, também, que a sua instalação se daria somente a partir de 90. Assim, no início desse ano, foi instalada tal Comissão.

A composição das bancadas das várias comissões obedece ao critério da proporcionalidade em relação ao peso numérico das bancadas de cada partido político no Plenário (ge-

ral) da Câmara. É também este o critério que determina a divisão entre os partidos dos cargos de direção das várias comissões (presidências e vice-presidências), que é feita através de um acordo entre as lideranças partidárias. Assim, acordaram os líderes que, para o ano de 90, a presidência e a primeira vice-presidência da Comissão das Minorias caberiam ao PL, sendo que as duas outras vice-presidências ficariam com o PSDB e o PFL. As lideranças desses partidos indicaram para essas funções, respectivamente, os deputados Adolfo Oliveira, Raimundo Bezerra, Geraldo Alkimin e Eunice Michiles. Os integrantes da comissão ratificaram esse acordo. A cada ano são trocados os presidentes e vices de todas as comissões, não sendo permitida as suas reeleições.

Não se prevê uma atuação intensa das comissões em 90, já que em outubro haverá eleições para o Congresso Nacional. E, 91, com o início da nova legislatura, as bancadas de todas as comissões serão recompostas. (Márcio Santilli, 15/05/90)

## Os Karitiana pedem saída de administrador

Os índios Karitiana de Rondônia, querem a demissão do administrador regional da Funai em Porto Velho, Amaury Vieira. Indignados com as acusações de que vêm para a cidade "fazer turismo", os Karitiana se sentem desrespeitados e querem somente buscar soluções para a falta de assistência. (Correio Braziliense, 20/05/90)

## A dança da Funai

Crescem no Ministério da Justiça as pressões para que a Funai seja transferida para outro setor, possivelmente para o Ministério da Ação Social. Embora o ministro Bernardo Cabral continue achando que o tema "índios" seja mais afeto a questões da cidadania, muitos de seus assessores consideram que a Funai deve ir para o ministério de Margarida Prociópio e não para a Secretaria do Meio Ambiente, como reivindica José Lutzenberger. Aliás o recado da Justiça para Lutzenberger, é que fale menos do que não lhe pertence, no caso a Funai. (Jornal de Brasília, 22/05/90)

## Índios pedem ouro ao Exército por invasão

A comunidade dos índios Tukano, que vive no município de São Gabriel da Cachoeira (AM), perto da fronteira com a Colômbia, reclama do Exército o pagamento de 43,2 quilos (o equivalente a Cr\$ 41 milhões) como indenização por estragos feitos em seu território.

Segundo os índios, uma patrulha do Comando Militar da Amazônia invadiu no dia 9 de maio a Área Indígena Pari-Cachoeira III, onde existe um garimpo, destruindo o acampamento e todo o material usado na extração de ouro. Os 123 índios que trabalhavam no local foram expulsos.

Segundo o Exército, a operação ocorreu fora da área indígena para reprimir contrabandistas brasileiros e colombianos. O subprocurador-geral da República Cláudio Fon-

telles, 43, diz que houve um erro geográfico.

A Procuradoria Geral da República recebeu em Brasília a informação de que os militares teriam sido incumbidos de expulsar garimpeiros colombianos da serra da Traira, ao sul de Pari-Cachoeira III.

Quinta-feira, 31 de maio, Fontelles enviou ao Ministério do Exército um ofício apontando o "lamentável engano" e pedindo que o garimpo de Pari-Cachoeira III seja devolvido aos índios.

A Área Indígena Pari-Cachoeira III, de 11 134 hectares, foi homologada pelo decreto 98.439, de novembro último. O território é usado como garimpo pelos 4 200 índios que vivem em Pari-Cachoeira I e II, diz Álvaro Tukano, 36, um dos líderes da tribo.

Segundo o Centro de Comunicação Social do Exército, o acampamento destruído ficava fora de Pari-Cachoeira III, num local já explorado pela Paranapanema S/A. Os contrabandistas fugiram, diz o Centro de Comunicação Social do Exército.

Somente na quarta-feira, dia 30, 21 dias após o episódio, o superintendente da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Manaus viajou à região para inteirar-se dos acontecimentos.

Em Brasília, o superintendente de assuntos fundiários da Funai, Sigfrido Graziano, 56, diz que o órgão não teve participação no caso. Segundo ele, a garimpagem em terra indígena, desde que feita pelos próprios índios, é legal. (*Folha de S. Paulo*, 04/06/90)

## Reacende velho conflito entre posseiros e Xerente

A área do Funil volta a ser palco de conflito entre posseiros e índios. O motivo é a disputa por 16 mil ha de terras ocupadas por posseiros e o fazendeiro José de Souza Moreira, o "Zé Mocó", que já recebeu Cr\$ 54 milhões de indenização para desocupar a área que foi demarcada para os Xerente.

A colocação de marcos na AI Funil foi concluída no dia 15 de maio apesar de ter sido demarcada há quase 10 anos; um boato espalhando a notícia que o presidente Collor havia mandado arrancá-los serviu para acirrar a disputa entre os Xerente e posseiros que são colocados na terra pelo fazendeiro como forma de mantê-la ocupada.

A presença da PF no local serviu para acalmar os ânimos dos mora-

dores da região e a indignação dos Xerente que constataram que Zé Mocó continuava comprando gado para colocá-lo no pasto dentro da área.

Os Xerente, na figura do cacique Reinaldo, lembram que teriam direito a mais de 36 mil ha de terra, já que o território tradicional vai até o município de Porto Nacional. Do ponto de vista dos brancos há a preocupação com o fato de que, consumada a desapropriação e a expulsão dos posseiros, pouco restará de terra agrícola ao município e sua sede formará um triângulo ilhado, com reservas indígenas por dois lados e o rio Tocantins no outro, o que representa uma grande desvalorização das propriedades da região. (*Jornal de Brasília*)

## Os Arara ganham liminar contra invasores

Os invasores da reserva dos índios Arara, localizada no município paraense de Altamira, na região da rodovia Transamazônica, terão que ser retirados, já que o juiz Daniel Paes Ribeiro, da 4ª Vara da Justiça Federal do Pará, concedeu medida liminar em ação de reintegração de posse contra as invasões, proposta pela Funai através do Ministério Público Federal.

Dois agentes da Polícia Federal deverão acompanhar um advogado da Funai e um oficial de justiça para garantir o cumprimento da decisão. O clima é de tensão entre os invasores e os índios.

A reserva dos índios Arara tem 235 mil ha e desde a abertura da rodovia Transamazônica, no início da década de 70, os Arara vêm enfrentando problemas com a invasão de suas terras. Em 1981, parte da reserva foi ocupada por pequenos agricultores. Mas a partir de 1988 a invasão começou a ser feita por madeireiros, interessados na retirada da madeira-de-lei existente em grande quantidade na reserva, sobretudo o mogno com o que os índios não concordaram. (*Correio Braziliense*, 26/05/90)

## Sateré morrem de malária

O índios João Sateré, da Área Indígena Andirá-Maraú, na fronteira do Pará com o Amazonas, denunciou através do Cimi, a situação de abandono que sofre seu povo. No mês de abril morreram 7 índios de

malária, sem que a Funai tenha tomado providências, nem a Casa do Índio de Parintins, município próximo da área indígena tem dado a assistência que necessitam para evitar mais mortes. (*O Liberal*, 18/05/90)

## O desemprego bate recordes em São Paulo

O índice de desemprego, na Grande São Paulo, está batendo recordes. Pesquisa da Fundação Seade/Dieese concluiu que, em abril, o desemprego aumentou 14% na região em relação ao mês anterior. Foi a maior variação já verificada naquele mês desde 1985, quando a pesquisa começou a ser feita.

Segundo o Seade/Dieese, a taxa de desemprego, que estava em 9,3% em março, passou para 10,6% em abril. Ou seja, o contingente de desempregados aumentou em 107 mil pessoas, apenas em abril. São 861 mil de-

sempregados na Grande São Paulo, incluindo as que estavam tentando ingressar agora no mercado de trabalho. Nos primeiros quatro meses do ano o número de desempregados aumentou em 318 mil pessoas, enquanto nos anos anteriores a média de desempregados no período era de 146 mil.

Foi a primeira vez que a pesquisa do Seade detectou uma queda no nível de ocupação em abril, com a eliminação de 89 mil postos de trabalho. Os mais atingidos foram os trabalhadores sem registro. (*Gazeta Mercantil e Jornal da Tarde*, 22/05/90)

## CUT, Medeiros e PNBE assinam acordo contra a crise

Empresários do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), o secretário-geral da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Gilmar Carneiro dos Santos, e o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antonio Medeiros, assinaram um "termo de compromisso" que pretende inovar as relações entre capital e trabalho. É o segundo acordo formal assinado pelo grupo. No último dia 15, venceu a trégua firmada em 30 de abril, em que os coordenadores do PNBE se comprometeram a não demitir por um prazo de 15 dias. Mesmo sem um levan-

tamento sobre a evolução do nível de emprego no período, sindicalistas e empresários acreditam que o acordo evitou muitas demissões.

Após três dias de discussões, foi assinado o protocolo de intenções no qual o PNBE se compromete a orientar as 2,5 mil empresas que representa, para que continuem evitando não só as demissões, mas também as reduções de jornada de trabalho e de salários. Às empresas que fizeram reduções será recomendado que voltem às condições salariais e de emprego originais. (*Gazeta Mercantil*, 17/05/90)

## Perdas salariais

O Dieese concluiu estudo sobre perdas salariais. A menor é de 54,49%, para as categorias profissionais com data-base no mês de março. A maior é dos trabalhadores com dissídio no mês de abril, de 66,21%. Para recompor essas perdas e garantir o poder aquisitivo de abril do ano passado, quem tem data-base em abril necessita de um aumento salarial de 195,97%. (*Jornal do Brasil*, 23/05/90)

## O mínimo do mínimo

Em maio, o salário mínimo desceu ao nível mais baixo de sua história, valendo o equivalente a 25% do que valia em 1940, quando foi criado. (*Folha de S. Paulo*, 24/05/90)

## Lutas pela reposição salarial

Categorias mobilizadas pela reposição salarial de 166%, em maio: rodoviários (nacional), metroviários (Rio, Recife e Porto Alegre), ferroviários (RFFSA), judiciário (SP), professores (DF, RS, RJ, PR, PE e MG), petroleiros, médicos (HSPE-SP), servidores estaduais (SP, SE e RS), metalúrgicos (ABC-SP, Campinas, CSN e Manaus), portuários (Rio). (*CEDI*)

## CNBB considera justa a greve pelo emprego

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) considera justa a realização de greves como forma de reivindicação da garantia do emprego. Segundo o vice-presidente interino da CNBB, dom Jaime Chemello, "não se pode negar que a greve pela manutenção do emprego é justa". "Se as demissões não param, é válido que o trabalhador faça greve numa tentativa de garantir seu trabalho". Para o presidente interino da CNBB, dom Paulo Pontes, "a greve é um direito sagrado". (*Folha de S. Paulo*, 31/05/90)



## Metalúrgicos protestam contra demissões

Os trabalhadores da Volkswagen em São Bernardo do Campo, SP, ocuparam a Via Anchieta, no último dia 24 de maio, durante uma hora e vinte minutos, em protesto contra a ameaça de 10 mil demissões na Autolatina denunciada pelo Sindicato dos Metalúrgicos. A manifestação

reuniu cerca de 20 mil trabalhadores, segundo os organizadores, e foi marcada por duras críticas ao governo e aos empresários. O sindicato reafirmou a proposta de ocupação de fábrica caso ocorram demissões e colocou os trabalhadores de sobreaviso. (*Diário do Grande ABC*, 25/05/90)

## CUT e CGT se unem na defesa dos salários

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) decidiram em reunião, dia 29 de maio, na sede da CGT, convocar uma plenária nacional do movimento sindical, em data ainda não definida, para acertar os detalhes da greve geral, convocada pela CUT para o dia 12 de junho. Nessa plenária a CGT dará uma resposta a respeito de sua participação na paralisação nacional.

As centrais entraram em acordo quanto à "mobilização unitária em defesa dos salários". Vão cumprir juntas uma programação que inclui reuniões com as categorias em campanha salarial e viagem a Brasília para pressionar o Congresso a aprovar pro-

jeto de política salarial do deputado Paulo Paim (PT-RS). O projeto prevê, entre outras medidas, a reposição das perdas salariais de março.

Tentando evitar a greve geral, o ministro da Justiça, Bernardo Cabral, vai conversar com o presidente da CUT, Jair Meneguelli, e com o presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos, Luiz Antonio de Medeiros, sobre o movimento marcado para o próximo dia 12 de junho contra a desastrosa política salarial do atual governo. Após comentar que "melhor é sentar à mesa de negociação", o ministro lembrou que a greve "é um instrumento constitucional", mas a lei pune os abusos. (*O Estado de S. Paulo*, 30/05/90)

## Greve nos transportes

A greve dos trabalhadores nos transportes realizada no último dia 22 em vários pontos do país, foi avaliada como positiva pelo presidente do Departamento Nacional dos Trabalhadores em Transportes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), José Alves dos Santos Filho.

A paralisação permitiu à categoria a recuperação parcial da inflação e constituiu-se em passo significativo para a unificação das datas-bases do setor.

Uma das importantes conquistas do movimento foi a sentença dos TRTs da Bahia e Rio de Janeiro, que determinou a reposição dos 166,89% acumulados pelo IPC em março e abril. (*Gazeta Mercantil*, 26-28/05/90)

## Política salarial mudou 11 vezes desde 1979

A política salarial no Brasil tem sido, desde o início dos anos 60, um mecanismo de combate à inflação. De outubro de 1979 a junho do ano passado, a política salarial mudou onze vezes, sempre a reboque da alta dos preços.

Do final dos anos 60 até 1979, ano que teve uma inflação de 77,2%, os reajustes eram anuais. Sob a pressão das greves que ressurgiram no ABC paulista em 1978 o governo do general Figueiredo estabeleceu a semestralidade, idealizada pelo então ministro Mário Henrique Simonsen. Pela lei nº 6708, quem recebia até três salários mínimos tinha seus vencimentos corrigidos em 110% do INPC; de três a dez salários, 100% do INPC; de dez a 20, 80% do INPC; e mais de 20 salários, 50% do INPC.

A lei mudou em 1980. Reduziu-se o percentual de correção para 50% do INPC nos vencimentos entre 15 e 20 salários. Acima disso teriam livre negociação.

Em janeiro de 1983, com o decreto-lei nº 2 012, o governo retirou os ganhos reais dos trabalhadores de baixa renda, que passaram a receber semestralmente 100% do INPC; quem ganhava de três a sete salários, 95% do INPC; e de sete a 15 salários, 80% do INPC. Em junho, foi substituído pelo decreto-lei nº 2 024, que estendeu o índice de 100% do INPC aos trabalhadores que ganhavam até sete salários mínimos.

Um mês depois, Figueiredo reagiu e baixou o decreto-lei nº 2 045, que limitou a 80% do INPC o reajuste semestral para todas as faixas salariais, impedindo a concessão dos 20% restante. Neste ano a inflação chegou a 211%. Em 19 de outubro, o Congresso rejeitou o 2 045 e, no dia seguinte, Figueiredo assinou

um novo decreto, o nº 2064, substituído pelo 2 065, que devolvia a correção de 100% para quem percebia até três mínimos; definiu em 80% a correção para a faixa de três a sete mínimos; em 60% a de sete a 15; e 50% para os demais. Mantinha-se a semestralidade.

O decreto nº 2 065 vigorou até outubro de 1984, quando foi sancionada a lei nº 7 238 que previa a correção de 100% para até três salários e 80% nos demais casos. Em dezembro de 1985, Nova República com José Sarney e Dilson Funaro, foi determinado o reajuste integral para quem ganhava até 10 salários mínimos, mantendo-se o limite de 80% do IPCA (novo indexador da economia) para as outras faixas.

Em fevereiro de 1986, com o Plano Cruzado, os salários foram congelados com um abono de 8%. Criou-se o reajuste automático dos salários sempre que a inflação oficial acumulasse 20%. Em junho de 1987, novo ministro — Bresser Pereira — e novo pacote — o Plano Bresser — criando a Unidade de Referência de Preços (URP), correção mensal dos salários pela média da inflação dos três meses anteriores.

Verão de 1989, o substituto de Bresser, Mailson da Nóbrega, edita o Plano Verão em 15 de janeiro. Perdeu-se a inflação do trimestre referente a janeiro que foi de 70,28%. A lei salarial do Plano Verão, a 7 737, misturava gatilho e escala móvel: índice integral do IPC do mês anterior para até três salários mínimos. Na faixa de três a 20 salários, pagava-se o IPC integral para a parcela até três salários, e o IPC menos 5% para a parcela do vencimento acima de três salários mínimos. Acima de 20 era a livre negociação. (*O Estado de S. Paulo*, 17/05/90)

## Entidades defendem escola pública

No último processo constituinte formou-se uma articulação nacional de entidades sindicais, profissionais, de pesquisa e de apoio na área educacional, com a finalidade de garantir dispositivos constitucionais de acordo com os interesses dos setores populares. Essa iniciativa foi fundamental na conquista de alguns avanços na ampliação de direitos, por ter sido capaz de canalizar as pressões dos diversos segmentos de educadores e da população que se utiliza dos serviços educacionais. Essa iniciativa prosseguiu e deu origem ao Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, que agora acompanha a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que deve regulamentar o que dispõe a Constituição.

Pretende-se que a organização se estabeleça em nível dos estados, para exercer maior influência sobre os

parlamentares que devem votar a nova LDB, mas também para enraizar e dar consistência à mobilização de outros setores no debate e na luta permanente por escola pública de qualidade. Em 18 de maio foi lançado em São Paulo o Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública, com a presença de cerca de 600 educadores, dirigentes da CUT, parlamentares, estudantes, pais de alunos e membros de associações científicas. Os princípios básicos do Fórum estão sintetizados num manifesto, assinado por 21 entidades — inclusive o CEDI — no qual se exige educação pública de qualidade e condições de estudo e de permanência na escola para todos, salários e condições de trabalho dignos para os profissionais de educação e escola com condições adequadas de funcionamento e segurança. (CEDI, 30/05/90)

## Alfabetização gastará Cr\$ 10 bilhões

Um amplo programa apoiado por universidades, governos estaduais e iniciativa privada, com suporte de Cr\$ 10 bilhões de verbas do governo federal. Esta é a base para uma campanha contra o analfabetismo, a ser lançada no segundo semestre deste ano, conforme anunciou o ministro da educação, Carlos Chiarelli, durante palestra no Rotary Club, em de Cachoeira do Sul (RS). Pelos dados do ministro, o Brasil tem hoje 23 milhões de analfabetos em idade escolar. "Não adianta elevar o PIB se temos 7 milhões de jovens entre 7 e 14 anos analfabetos", ponderou o ministro. Chiarelli exibiu ainda outros números alarmantes: a evasão escolar de crianças da 1ª série chega a 60%. (Jornal do Brasil, 21/05/90)

*Um plano nacional de alfabetização já vem sendo anunciado pelo governo desde a sua posse. Mas, além dos anúncios, nada de concreto está estabelecido. O ministro Chiarelli tem feito contatos com órgãos empresariais e clubes de serviços, como o Rotary. Mas tudo indica que isso se soma aos jogos de cena em curso. É o caso da visita da primeira-dama, Rosane Collor, presidente da LBA, ao Xou da Xuxa e a liberação (atrasada e emergencial) de verbas para a merenda escolar. Essas verbas ultrapassam, aliás, as anunciadas para o combate ao analfabetismo. (Elie Ghanem/CEDI, 30/05/90)*

## Mães cobram ensino melhor

As mães de alunos da escola pública de São Paulo, impacientes com a lentidão do governo em melhorar a qualidade do ensino, encostaram o ministro da educação, Carlos Chiarelli, na parede: "Nossos filhos estão

saindo analfabetos do ensino público e até agora não vimos nenhum programa capaz de resolver os problemas", denunciou Elisa Toneto, presidente do Movimento Pró-educação. (Jornal do Brasil, 23/05/90)

## Comissão vota lei da educação

A Comissão de Educação da Câmara começa a votar hoje e nos próximos trinta dias uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação. O relator do projeto, deputado Jorge Hage (PSDB-BA), acolheu cerca de metade das 978 emendas apresentadas. O texto introduz importantes mudanças na área, a partir do conceito de educação básica, que passa a ser de zero ano até o terceiro ano do ensino médio. Isso quer dizer que as creches serão englobadas no sistema.

Esse conceito, na avaliação do deputado, determina que a educação seja acessível a todo cidadão, todavia prioriza no texto o ensino fundamental, sob a ótica de que ainda é difícil a universalização nesse nível. Além disso, a nova LDB libera os limites básicos de idade para o ingresso na escola, mesmo aqueles estabelecidos atualmente para o ensino regular. E admite matrícula por disciplina para atender às necessidades do jovem trabalhador, ou seja, ele poderá estudar ainda que leve mais tempo para concluir o curso. (Jornal de Brasília, 23/05/90)

## Merenda só é boa para presidente

As crianças de Vila Paranoá, a maior favela do Distrito Federal, não foram contempladas ontem com a merenda saborosa oferecida ao presidente Fernando Collor de Melo. Ao visitar uma escola, Collor provou e aprovou a merenda do dia (arroz, feijão, açafrão e frango desidratado). Porém os 1 700 alunos da escola tiveram que se contentar, no lanche de ontem, com arroz doce queimado.

"Ontem, que o presidente veio aqui, foi a primeira vez que a comida não tava muito ruim", afirma Elton da Silva, 10 anos. "É feijão com farinha quase todo dia. E o feijão quase quebra os dentes da gente, de tão duro", protesta João Paulo Cardoso, 9 anos. (Jornal do Brasil, 19/05/90)

## A crítica situação dos salários em SP

O salário dos professores da rede pública do estado de São Paulo está em 16º lugar em sua categoria. Há sete meses, era o sexto salário entre os professores públicos brasileiros. Um professor de 1º e 2º graus, com formação universitária, ganha Cr\$ 9.879,88 por uma jornada de 20 horas semanais. Apesar de trabalhar no estado que colabora com mais de 40% da produção industrial do país, ele recebe 28% do salário de um professor de Roraima (Cr\$ 34.943,05). (*Folha de S. Paulo*, 17/05/90)

## Professores param em Pernambuco

Os professores da rede particular de ensino de Pernambuco entraram em greve dia 18 de maio reivindicando o IPC de março (84,32%) e abril (44,8%). No estado inteiro, existem 14 mil professores particulares que dão aulas a cerca de 500 mil estudantes em mais de mil escolas. (*Gazeta Mercantil*, 19/05/90)

## Falta de professores gera protestos em BH

Cerca de dois mil alunos da rede pública municipal paralisaram as aulas, dia 17 de maio, e ocuparam as escadarias da prefeitura de Belo Horizonte, protestando contra as condições dos prédios escolares e a falta de professores nas salas de aula.

O movimento foi organizado pela União dos Grêmios Estudantis, com representação nas 127 escolas de Belo Horizonte. Segundo o presidente da União, André Nemesio, a mobilização foi incentivada pela total incapacidade da rede pública do município de prestar um ensino de qualidade à população. Eles entregaram ao prefeito, Eduardo Azeredo, a pauta de reivindicações, que pede o passe escolar e a contratação imediata de professores. (*O Estado de Minas*, 18/05/90)

## Professores paranaenses pedem demissão de secretária

Os professores estaduais do Paraná, em greve há mais de dois meses, fizeram uma manifestação dia 29 em Curitiba, em frente ao prédio da Secretaria da Educação. Com apitos e panelas, cerca de 300 manifestantes pediram a demissão da secretária Gilda Poli, a quem responsabilizaram pelo choque entre policiais e professores ocorrido dia 27 em Foz do Iguaçu.

A polícia civil foi chamada pela Secretaria, mas não houve confronto. Os grevistas permaneceram duas horas no local.

O governo do Estado manteve a posição de não mais participar das negociações e não enviou representante à reunião promovida pela Procuradoria Regional do Trabalho. As conversas só voltarão depois que o sindicato convocar uma assembléia para avaliar a proposta do governo de um piso de Cr\$ 6.180,00 e um abono de Cr\$ 3 mil em julho para os professores com jornada de 20 horas semanais. Novos protestos estão sendo organizados pelo sindicato. (*Folha de S. Paulo*, 30/05/90)

## Greve por tempo indeterminado em MG

Os trabalhadores do ensino da rede estadual de Minas Gerais decidiram, dia 22, continuar em greve por tempo indeterminado. Entre as principais reivindicações dos trabalhadores está o piso salarial calculado pelo Dieese, hoje em Cr\$ 26.380,00. Querem também a melhoria da qualidade do ensino, com reestruturação e aparelhamento das escolas, além

de mais democracia nas decisões (eleição direta para diretor). A greve afeta boa parte dos 2,5 milhões de alunos, espalhados por seis mil escolas do estado. O número de trabalhadores no ensino público estadual é estimado em 200 mil. Hoje os trabalhadores vão às escolas para justificar a greve para comunidade. (*Diário da Tarde/Belo Horizonte*, 23/05/90)

## Alunos do Mato Grosso do Sul pedem vagas no Paraguai

No dia 25, centenas de alunos de 15 escolas estaduais de Ponta Porã, descontentes com a crise do ensino em Mato Grosso do Sul, cruzaram a fronteira para pedir vagas nas escolas do Paraguai. O movimento, denominado "Professor em Sala de Aula", denunciou no documento "a deterioração da escola pública".

Além do pedido de vagas, os estudantes reivindicam ao governo do Mato Grosso do Sul a readmissão de 126 professores demitidos na última greve, que durou 43 dias. A situação do ensino em Ponta Porã, com 63 mil habitantes, é tão grave que nenhuma das quatro escolas de 2º grau está com o quadro de professores completo. (*O Estado de S. Paulo*, 26/05/90)

## "Jogando o lixo no lixo"

Tensão e tumulto marcaram a concentração de professores e alunos na Praça Sete, em Belo Horizonte (MG) onde deveriam ser reunidas as placas do BH-90 (projeto de reforma de prédios escolares que já gastou Cr\$ 4,2 milhões com propaganda, sem realizar as obras) retiradas das fachadas dos prédios escolares para serem entregues ao governador Newton Cardoso, em ato de protesto batizado de "jogando o lixo no lixo".

As placas foram levadas pelos próprios estudantes, que reclamavam o direito de ter uma boa escola e qualidade de ensino. Na av. João Pinheiro, abandonaram uma placa para que a polícia a entregasse ao governador, mas o comandante se recusou, alegando que nunca recebeu lixo. (*O Estado de Minas*, 18/05/90)

## Boris Yeltsin é o novo presidente da Federação Russa

O reformista radical Boris Yeltsin foi eleito, no dia 29, presidente do Parlamento da Federação Russa, a maior das 15 repúblicas soviéticas, num claro desafio ao presidente Gorbachev, que apoiava a candidatura do conservador Alexander Vlasov, primeiro-ministro da Federação. A vitória de Yeltsin foi apertada: obteve 535 votos, apenas quatro a mais do necessário para deter a maioria.

A Federação Russa compreende oito mil quilômetros quadrados, é a república mais próspera do país e, com 145 milhões de habitantes, concentra praticamente a metade da população soviética.

A popularidade de Yeltsin foi conquistada devido à sua campanha obstinada contra os privilégios concedidos à líderes do Partido Comunista. (*Jornal da Tarde*, 30/05/90)

## Moscou propõe plebiscito sobre a reforma econômica

A União Soviética poderá ter o primeiro plebiscito de sua história ainda este ano, para que a população possa aprovar ou não as reformas econômicas formuladas pelo governo para conduzir o país a uma "economia de mercado regulada". A proposta de plebiscito foi apresentada ao Soviete Supremo (Parlamento),

juntamente com o pacote econômico aprovado pelo Conselho Presidencial da URSS, que assessora o líder Mikhail Gorbachev. O governo não estipulou data para o plebiscito, mas seu plano inicial é implementar as medidas num prazo de dois anos a partir do mês de janeiro de 1991. (*Jornal do Brasil*, 24/05/90)

## Bush e Gorbachev se encontram

De 31 de maio a 4 de junho, os presidentes da URSS, Mikhail Gorbachev, e dos EUA, George Bush, mantiveram em Washington as primeiras discussões de alto nível desde que os últimos resquícios da *guerra fria* foram sepultados pelo "terremoto" que varreu o Leste Europeu. (*Folha de S. Paulo*, 31/05/90)

## Fanático israelense assassina oito palestinos

Um israelense de 21 anos assassinou oito palestinos e deixou pelo menos dez feridos em Rishon Letzion, a 15 km de Tel Aviv. O assassino, que segundo a polícia é emocionalmente perturbado, usou um fuzil M-16 do Exército, de seu irmão. Uma testemunha diz que ele usava uniforme do exército. (*Folha de S. Paulo*, 21/05/90)

## Cesar Gaviria vence eleição na Colômbia

O dia da eleição presidencial colombiana não trouxe mais mortos para o país. As nove horas de votação tiveram poucos incidentes e nenhum foi grave. O novo presidente é Cesar Gaviria Trujillo, 43, do Partido Liberal, atualmente no governo. A Colômbia é, o país de maior tradição democrática da América do Sul. Só neste século, elegeu pelo voto direto dezenove presidentes.

O segundo lugar ficou com Alvaro Gómez Hurtado, do Movimento de Salvação Nacional. Em terceiro o ex-guerrilheiro Antonio Navarro Wolff, do M-19, e, em quarto, Rodrigo Lloreda Caicedo, do tradicional Partido Social Conservador.

O clima tenso previsto foi substituído pelas concentrações festivas de boca-de-urna e por carreatas. Com isso, cresceu o número de votantes, previstos inicialmente em menos de 8 milhões dos 13,8 milhões de eleitores registrados. Os últimos dados da Justiça Eleitoral falavam em mais de 9 milhões. (*Folha de S. Paulo*, 28/05/90)

## Confrontos na Armênia mataram 22

Os armênios planejavam comemorar sua independência, mas foram às ruas de Erivan para uma manifestação de luto por vinte de seus compatriotas mortos nos choques com tropas soviéticas no fim de semana. Foi uma manifestação contida e tensa, por temor de novos episódios de violência. (*Estado de S. Paulo*, 29/05/90)

## Aconteceu

CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação  
Rua Santo Amaro, 129 — 22211 — Rio de Janeiro — RJ  
Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP

PORTE PAGO  
DR/RJ  
ISR - 52-655/87



UP-CT PRINCIPAL